

## DESENVOLVIMENTO NO E DO CAMPO: O OLHAR PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM GOIOERÊ

Guilherme César Dutra<sup>1</sup>

Diomar Augusto de Quadros<sup>2</sup>

### RESUMO

A educação do campo é peça fundamental para o desenvolvimento humano. Sem educação no e do campo, este voltaria aos tempos coloniais onde a educação era relegada apenas a uma minoria, portanto, torna-se urgente que nossos governantes invistam maciçamente de forma ordenada e sistemática na educação para os povos do campo, buscando um maior envolvimento sócio-cultural, financeiro e modernizador, seja em técnicas de cultivo, seja em técnicas de ensino. Este trabalho vislumbra um esclarecimento maior em relação a educação aplicada aos povos do campo, que deve ser diferenciada, observando-se o meio a cultura e os costumes dos camponeses. A educação do campo deverá fomentar a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, social, política e ecológica nas zonas urbanas e rurais e proporcionar as pessoas, a possibilidade de adquirir conhecimentos, sentidos dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar o nosso meio.

**Palavras-chave:** Porque Escola do Campo?, Desenvolvimento, Qual educação, MST.

---

<sup>1</sup> Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Goioerê, e-mail: [guilhermecdutra@ig.com.br](mailto:guilhermecdutra@ig.com.br)

<sup>2</sup> Educador Orientador, UFPR Litoral.

## 1 INTRODUÇÃO

Sou a Professor e moro em Goioerê há 38 anos, optei por fazer esta pós-graduação sem entender bem e qual era o objetivo de ser/estudar a Educação do Campo. Pois ainda há muito pouco material publicado sobre este tema, inclusive porque na cidade não há escolas do Campo.

Goioerê está situada na região nordeste do estado do Paraná (Figura 1), uma cidade com 29.018 habitantes, sendo 3.776 moradores da zona rural (IBGE, 2010), tem em sua economia a predominância da agricultura, característica essa que já lhe deu o título de maior produtor de Hortelã e Algodão. O cultivo de cana-de-açúcar também tem sua parcela no desenvolvimento econômico do município, com a presença da Usina de Açúcar e Álcool Goioerê, por isso precisa urgentemente de Escolas do Campo (WIKIPEDIA, 2011).

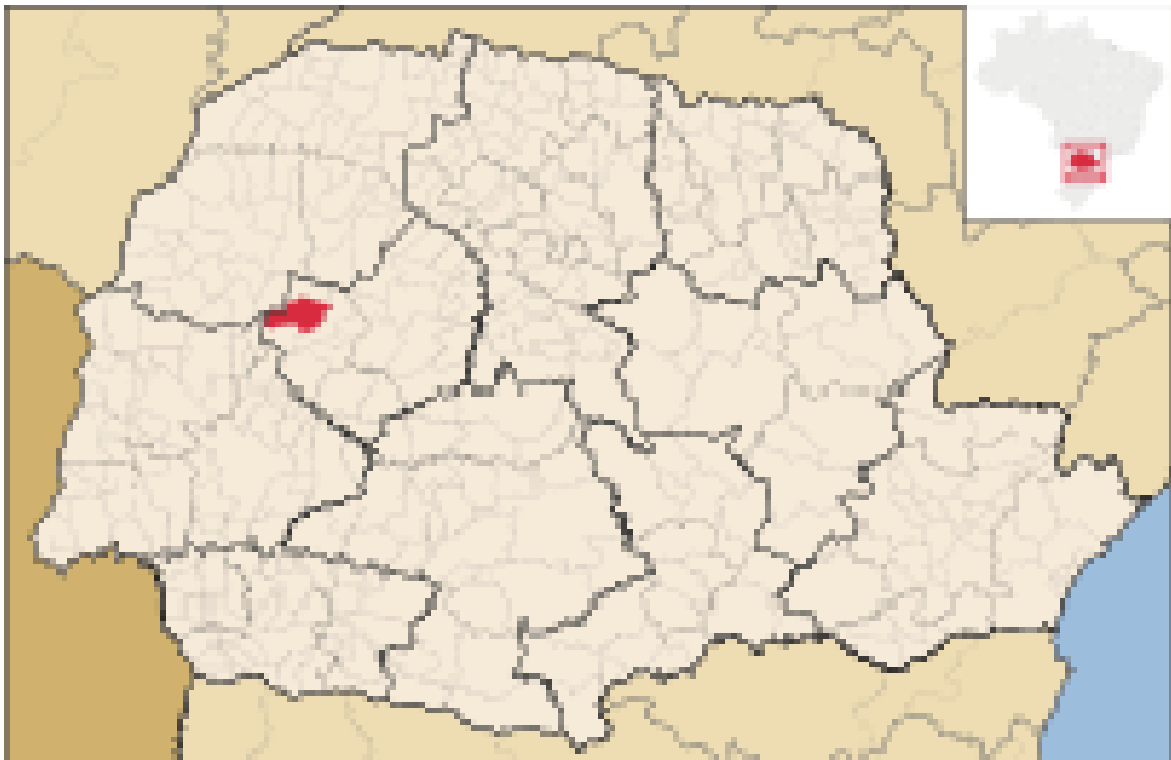


FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE GOIOERÊ/PR  
Fonte: WIKIPEDIA, 2011.

Com este trabalho, procura-se explicitar a necessidade e a consciência de que a o desenvolvimento do e no campo, inclusive no campo educacional, deve ser levado muito a sério, o mais urgente possível. Para que esta forma de educar comece a acontecer de fato e de direito em Goioerê.

Este artigo tem por objetivo traçar uma linha do descaso e também dos avanços no campo educacional, visando o desenvolvimento no e do campo.

## 2 PORQUE ESCOLA DO CAMPO?

Foram feitas algumas entrevistas com alguns educadores de Goioerê sobre o tema Escola e Educação do Campo. Eles visualizaram a diferença entre campo e cidade, ou seja, a diferença entre a escola na cidade e a escola no campo, e não o educando camponês que tem direito a uma educação que condiz com a sua realidade e que deva lhe propiciar crescimento educacional, cultural e conhecimento de tecnologias que visem a manutenção e a fixação destes em definitivo no campo.

Alguns relatos dos educadores em relação ao tema:

“O campo é onde tem vários tipos de agricultura, criação de gado, onde a população depende do que cultiva e também vende para o povo da cidade”. (Educador 1).

“As escolas do campo são seriadas, com poucos recursos e muitas estão sendo extintas”. (Educador 2).

“A educação do campo deve ser voltada para quem mora lá”. (Educador 3).

“A cultura do campo é passada de pai para filho, difícil de ser mudada, pois eles se sentem inseridos neste contexto, “do sítio”. (Educador 4).

Gehrke (2010) traz em seu texto um trecho que diz:

“Mas elas têm direito de aprender as mesmas coisas que aprendem as crianças da cidade, afinal, elas precisam passar no vestibular” (GEHRKE, 2010, p. 5).

Nós enquanto profissionais da educação ainda temos o campo como algo distante, separado, algo que não está relacionado ao nosso dia a dia, onde o educando do campo simplesmente mora no campo, não tem nada a acrescentar à nossa aula, à forma com a qual, nós, ministramos nossos conhecimentos. Em conversas com professores, vemos que eles não fazem questão de saber, inteirar ou utilizar os conhecimentos de educandos provenientes do campesinato, faltam a eles a visão de integração, modernização ou atualização da forma de pensar e querer utilizar tais conhecimentos, seja pela falta de domínio destes, pela ignorância ou comodismo mesmo. Simplesmente se preocupam com o direito que o educando tem de aprender, porém, não vislumbram formas diferenciadas para que esse aprendizado aconteça de verdade, o que acaba levando o educando camponês ao desinteresse e a desmotivação, gerando assim, a falta de vontade em frequentar as aulas; talvez esteja aí uma das causas do grande número de abandono e reprovação por parte desses educandos.

É preciso repensar a forma com que as escolas estão recebendo a denominação de “escolas do campo”, pois, estas escolas que conseguem a denominação de “escola do campo” não atendem as especificações éticas e morais, bem como, seus educadores não recebem ou receberam uma formação adequada que propicie a eles, condições para fazerem ou administrarem esta transição da forma mais natural possível, acrescentando e integralizando os conteúdos nas suas aulas. Foram feitas apenas adaptações nos currículos e no Plano Político Pedagógico em atendimento às exigências impostas para estes estabelecimentos, continuem com esta denominação, para que não percam as vantagens econômicas (GEHRKE, 2010).

A educação do campo em Goioerê, mesmo sem escolas do campo, acontece mesmo que de forma isolada, por parte de alguns profissionais em nossas escolas, como por exemplo: cultivo de hortas para a produção de hortaliças que são utilizadas na merenda escolar; formação de jardins para enfeitar a escola com a utilização dos saberes dos educandos provindos do campo como: a adubação do solo, melhor época para o plantio, e quais as melhores sementes, etc. Este trabalho tem dado resultado, tem despertado o interesse dos educandos da cidade, inclusive, percebe-se o melhor entendimento e a ampliação da consciência ecológica por parte deles. Aprendeu-se formas de manejo, tamanho correto, melhor horário e melhor época para o replantio das mudas. São iniciativas como essas que propiciam o aprendendo a aprender e o aprender fazendo. Esses exemplos são as formas mais utilizadas por alguns educadores, por isso Goioerê precisa de escolas do campo, pois com muitos educandos oriundos do meio rural, contendo grande material humano educacional, que está sendo desperdiçado pela falta destas escolas.

A escola precisa urgentemente de práticas pedagógicas inovadoras que valorizem os conhecimentos naturais do camponês, precisamos nos inteirar, buscar novos autores, e novas formas de melhorar essas práticas. Relatos como os acima já podem ser um dos caminhos para que essa modernização das práticas pedagógicas aconteça.

Devemos lutar para que as escolas que já são consideradas do campo (em outros municípios) continuem com esta denominação, pois, só assim conseguir-se-á, a manutenção dos debates, inclusive dos movimentos sociais, como, por exemplo, o Movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST) sobre a educação e a compreensão de como deve ser a escola camponesa. Caldart cita:

“Compreender o lugar da escola na Educação do Campo é ter claro que ser humano ela precisa ajudar a formar, e como pode contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que se constituem no campo, hoje. A escola precisa assumir a sua

vocação universal de ajudar no processo de humanização, com as tarefas específicas que pode assumir nesta perspectiva. Ao mesmo tempo é chamada a estar atenta à particularidade dos processos sociais do seu tempo histórico e ajudar na formação das novas gerações de trabalhadores e militantes sociais” (CALDART, 2005, p. 30).

A escola do campo vem sendo dialogada desde o início do século passado, porém, sempre foi deixada em segundo plano, mas, a partir da politização dos camponeses através dos movimentos sociais do campo, ela tem buscado o seu espaço através da luta dos trabalhadores visando a construção da sua identidade, procurando manter viva a sua memória de origem, vivenciando a organicidade e a formação humana, tentando garantir a apropriação dos conhecimentos avançados, e trabalhando a mística da vida e a pertença a classe trabalhadora. Porém, a Escola do Campo só acontece de fato e se for sustentada politicamente pelos movimentos sociais.

### **3 DESENVOLVIMENTO NO CAMPO**

Para entendermos melhor o desenvolvimento no campo, devemos fazer um estudo desse processo, para isso, utilizaremos textos dos autores (SILVA, 2000; CALAZANS, 1993; FERRARI, 1991), que ilustram muito bem toda essa linha histórica até chegarmos aos dias atuais.

Segundo Silva (2000), o modelo de educação adotado no Brasil foi tão excludente que até hoje ainda temos consequências dessa exclusão. A escola brasileira, de 1500 até o início do século XX, serviu e serve para atender as elites, sendo inacessível para grande parte da população rural. Para as elites do Brasil agrário, as mulheres, indígenas, negros e trabalhadores rurais não precisavam aprender a ler e escrever, visto que nessa concepção para desenvolver o trabalho agrícola não precisava de letramento.

Para Calazans (1993), a visão de educação rural surge condicionada pelas matrizes culturais escravistas, latifundiárias e controlada pelo poder político e econômico das oligarquias. Mesmo encontrando-se iniciativas de educação rural ainda no século XIX, é a partir dos anos 30 do século XX que começa a delinear-se um modelo de educação rural amarrado a projetos de "modernização do campo", patrocinado por organismos de "cooperação" norte-americana e difundido através do sistema de assistência técnica e extensão rural.

De acordo com Ferrari (1991, p. 6), as políticas públicas para a escolarização das populações rurais mostram seu fraco desempenho ou o desinteresse do Estado com respeito à educação rural, quando analisamos o analfabetismo no Brasil que, ainda em 1991, continuava a ser mais elevado na área rural do que na área urbana

Como bem definem os autores citados acima (SILVA, 2000; CALAZANS, 1993; FERRARI, 1991), as escolas desde o início dos tempos tinham a finalidade de atender as elites, pois acreditavam que quem precisava aprender a ler e a escrever eram somente os filhos dos "Fidalgos", a elite; ao camponês, ao escravo e também aos indígenas restavam apenas trabalhar de forma escrava para continuar enriquecendo seus patrões. Somente a partir dos anos 30, do Século XX, é que se começa a pensar em projetos educacionais para o campo, porém esses projetos não surtiram efeito, pois até o ano de 1991, o analfabetismo no meio rural era muito mais elevado que na área urbana.

A partir da década de 1950, com o advento da modernização e do desenvolvimento industrial no Brasil, começa-se um movimento em torno da fusão entre o urbano e o rural, o que faria desaparecer dentro de algumas décadas a sociedade rural.

Essa fusão do campo e da cidade garantiria o desenvolvimento comunitário e se daria a partir da difusão das técnicas, valores e hábitos de origem urbana, que resultaria na perda dessa distinção entre campo e cidade, sendo diluída num continuum onde a lógica urbana seria a hegemônica (CARNEIRO, 1999).

Segundo SILVA (2000), a partir desse movimento a escola passa a ser vista como sinônimo de mudança, porém a educação não avança, mesmo com o crescimento populacional tanto no campo quanto na cidade, devido à falta de vontade política onde o Estado somente buscava soluções emergências diante das pressões impostas pela sociedade, que buscava uma escola pública, gratuita e de qualidade. Governo militar, mesmo causando um grande o retrocesso educacional, começa a preocupar-se com o analfabetismo e cria então alguns mecanismos para tentar diminuí-lo, entre eles o MOBRAL, que pouco ou quase nada surtiu de efeito.

Com o fim da Ditadura, começa-se a reorganização dos movimentos sociais, entre eles o MST, que, torna-se o mais importante defensor da educação rural no país, pois, se temos avanços atualmente, são graças principalmente a esse e a outros movimentos que tem tornado a educação do campo tema constante no Meio Político, Social e Eclesial; o que tem contribuído muito para a essa nova visão em relação à “Educação do Campo” que buscamos.

#### **4 QUAL EDUCAÇÃO DO CAMPO?**

O termo “educação do campo” tem um sentido amplo e complexo, portanto, não deve ser entendido apenas como sinônimo de ensino. Este conceito fundamenta-se na prática educativa que temos desenvolvido nos movimentos sociais, nas diferentes organizações que atuam com educação, e na LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96, que determina em seu art. 1º:

“A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).



A LDB afirma que a escola e os espaços extra-escolares são um chão de aprendizagem para o exercício da cidadania.

Portanto, a Educação do Campo pode ser realizada em qualquer espaço ou local, inclusive no local onde mora, daí a importância do professor aproveitar esse saber acumulado de forma natural do educando provindo do campo, como forma de enriquecimento de suas aulas; deve ser utilizado também os seus conhecimentos, suas habilidades e a cultura a qual ele está inserido. Esse conceito vem se expandindo como forma de explicitar o papel dos sujeitos e a importância da educação na sua formação e no desenvolvimento do campo, bem como, empregar o conjunto de conhecimentos e práticas como forma de estimular as políticas a compreenderem o campo como um espaço emancipatório, democrático e solidário e com direito à educação, à saúde à cultura e demais direitos sociais. A educação do campo pode ocorrer por meio de diferentes iniciativas (conceito de educação do campo, conforme conceitua a LDB no seu art. 1º) (BRASIL, 1996), ou seja, pela:

- Educação Formal - são aquelas iniciativas dirigidas à escolarização da população nos diferentes níveis de ensino (infantil, fundamental, médio, profissional e superior), organizadas pelo sistema de ensino público, privado ou comunitário;
- Educação Não-Formal - são aquelas iniciativas dirigidas para organização comunitária, produtiva, sindical, política, cultural, religiosa, geralmente organizadas pelos movimentos sociais, sindicatos, ONG's, pastorais e outras entidades da sociedade civil.

Portanto a educação do campo não está atrelada apenas à escola e sim deve estar presente no movimento e na organização do povo. Devemos lutar para que a educação seja pública, gratuita e de qualidade. Atualmente os movimentos sociais, eclesiais e políticos, têm proporcionado experiências educacionais muito boas e modernas que estão propiciando uma inovação na forma de ver a Educação do

Campo. Devido a isso ela está, cada vez, mais, sendo vista como um direito fundamental e uma responsabilidade social que os governantes de todos os países devem assumir junto a sua população, pois a escola básica, pública e gratuita continua sendo o espaço privilegiado para a aquisição de competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania (BRASIL, 1996).

Para que possamos entender melhor estas conquistas a cerca da Educação do Campo, todo o processo ao longo da história vamos dar uma caminhada pela linha do tempo da educação do campo segundo Maria do Socorro Dias Pinheiro (PINHEIRO, 2007), partindo dos anos 30 do Século XX, pois é a partir desta época que começa a se delinear a concepção de Educação do Campo:

- A partir de 1930, a concepção de educação do campo se configura em um conjunto de políticas com definições elaboradas para este atendimento.
- Na Constituição de 1934, a União reserva, no mínimo, vinte por cento das quotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual. Um relevante acontecimento, mas, omitem outras proposições para educação do campo.
- A partir de 1940 a educação brasileira incorporou a matriz curricular urbanizada e industrializada. Isso explica, porque o Brasil até 1970 esteve com uma educação do campo, sob o gerenciamento das iniciativas privadas.
- A nova LDBEN 9394/96 regulamenta o ensino escolar. No capítulo II, artigo 28 trata sobre a legitimação da educação do campo que:
- Permite a adaptação à educação básica às peculiaridades da zona rural e de cada região, tendo conteúdos curriculares e metodologia apropriada ao campo.
- Em 2002, foi aprovada a Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 03 de abril; as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo.
- O termo **campo** (GRIFOS DO AUTOR), repercute acirradamente após o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), realizado em 1997, promovido pelas entidades: MST, UNB, UNESCO, UNICEF, e CNBB.

- Em 1998 aconteceu a **I Conferência Nacional de Educação do Campo** (GRIFOS DO AUTOR) e em decorrência deste evento criou-se então o "movimento por uma Educação Básica do Campo" envolvendo grupos organizados, pesquisadores e alguns governos do país.
- Em 2004 realizou-se a **II Conferência Nacional de Educação do Campo. Nesse momento ampliaram os grupos** (GRIFOS DO AUTOR) organizados, as universidades, e as representações governamentais, bem como a concepção de educação.

Estes movimentos serviram e servem de base nas conversações em torno da construção das propostas de educação para as escolas camponesas.

Na cidade de Goioerê, as cooperativas agrícolas (Coagel-Coamo, Copacol, Ce-vale e Integrada) tem se preocupado com a evasão do jovem do campo para a cidade, o que tem causado a perda da memória cultural, comportamental, linguagem e consciência social, visto que, com o abandono da cultura rural e a aquisição dos hábitos da cidade, o jovem, além de não querer voltar para o meio rural passa a renegar toda a herança cultural passada de geração em geração, causando o óbito e a extinção dessa cultura.

Pensando nisso há um esforço por parte das cooperativas, em incentivar a permanência do jovem no campo, oportunizando-os com qualificação profissional e com isso possibilitando a ampliação de visão para que se percebam as diferentes possibilidades de sua propriedade rural, ofertando a eles cursos (Figura 2) visando aprimoramento de técnicas de plantio, melhoramento genético, manejo de animais, criação de peixes, confinamento e engorda de animais, entre outros, na tentativa de criar atrativos financeiros como forma de incentivá-los a permanecer na roça. Vale ressaltar que nesses cursos tem se utilizado uma linguagem clara, moderna e de fácil entendimento, o que tem dado bons resultados, devido à metodologia aplicada, registrando um bom número de jovens, bem como, a procura por estes cursos tem sido satisfatória, deixando os organizadores otimistas e confiantes.

## Curso Derivados de Soja

O Sindicato Rural de Goioerê, em parceria com o SENAR/PR e Associação de Moradores do Jardim Curitiba, realizou na última sexta e sábado no CTA do Jardim Curitiba o curso Produção Artesanal de Alimentos - beneficiamento e transformação caseira de oleaginosas - básico em soja. O curso foi ministrado pelo instrutor do SENAR/PR Sérgio Kazuo Kawakami. Durante o curso as participantes desenvolveram produtos a base de soja

aplicando técnicas de produção e boas práticas de higiene, além disso, aprenderam à definição do manipulador de alimentos; os perigos físicos, químicos e biológicos; boas práticas; qualidade da água; controle integrado de pragas; preparo dos alimentos na: compra, armazenamento, pré-preparo, higienização, cozimento dos alimentos e resfriamento; considerações gerais sobre: composição química, função e valor nutritivo da soja na alimentação humana; intoxi-

cação alimentar; histórico sobre a cultura da soja; soja na alimentação humana e seus benefícios à saúde; soja na prevenção de doenças cardiovasculares, tensão pré-menstrual, climatério (menopausa) e osteoporose; soja e diabetes; escolha de matéria-prima; importância do choque térmico, produção de farinha, o extrato e o resíduo de soja; receitas a base de soja e medidas de segurança no trabalho, responsabilidade social e ambiental.

FIGURA 2 – Curso de Derivados de Soja  
Fonte: Tribuna da Região, 11/06/2011

O Sindicato Rural tem acompanhado as transformações que ocorrem na formação familiar do camponês, principalmente a diminuição populacional, pois, as relações e o modo de trabalho têm interferido na composição familiar das pessoas que vivem no campo, onde as condições de trabalho e renda nem sempre são atrativas para determinadas classes etárias. Por isso também tem oferecido cursos visando o aprimoramento das técnicas rurais, as quais possam gerar mais renda e incentivo à permanência das pessoas no campo. Com metodologia simples, clara e de fácil entendimento, tem-se percebido um aumento do interesse dos camponeses por esses cursos.

O sindicato tem instruído e auxiliado na aposentadoria dos trabalhadores rurais, para os que estão ou que já passaram da idade de se aposentar, auxiliando na junção da documentação e conseqüentemente em todo o processo, buscando que este, seja mais um atrativo para a permanência das pessoas no campo.

“O povo sempre foi visto como receptor agradecido de dádivas das elites compassivas, abrir uma escolinha rural era uma dádiva do fazendeiro ou do novo prefeito. Os povos do campo de agradecidos receptores de dádivas – a escola, a professora – passaram a sujeitos políticos coletivos, não pedintes, mas exigentes de políticas públicas. Um fato que inverte a lógica em que por séculos equacionamos as políticas públicas educativas para o povo” (ARROYO, 2006, p.10 apud souza, 2006).

Hoje, tanto as Cooperativas, o Sindicato, a Igreja, procuram informar o camponês sobre seus direitos, visando sua maior socialização e fixação do homem à terra. Isso começou com o surgimento do MST e outros movimentos como a Via Campesina, que são responsáveis por essas grandes mudanças. O camponês começa a saber que é seu direito exigir que seus filhos tenham uma educação de qualidade, com currículos adaptados à necessidade do meio rural, para que a educação se torne mais atrativa e adequada de forma que possa ser aplicada no seu dia a dia, proporcionando formas de geração de renda através técnicas mais modernas que auxiliem no aumento da produção e no melhoramento genético dos animais, entre outras (MST, 2005).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é essencialmente um processo de aquisição de conhecimentos necessários ao homem no seu intercâmbio com a natureza e com os outros indivíduos.

Esse processo de aquisição do conhecimento ocorre no próprio contexto do processo de trabalho e dele é fruto.

A reflexão sobre os desdobramentos de uma política educacional que venha levar a uma emancipação humana, leva-nos a pensar em novas estratégias de luta, no sentido de mudar profundamente uma realidade social.

Consideramos que não podemos ignorar e menosprezar a questão da transformação via educação, sabemos que a mudança estrutural de uma formação social requer diferentes estratégias e ações, mas junto com as ações políticas e econômicas, precisamos de ações que façam mudanças culturais para promover a transformação de valores e princípios.

Com o intuito de lutar contra essa realidade posta, a escola, enquanto uma das esferas de capacitação do trabalho pode e deve atuar diretamente na busca da modificação da realidade vigente, propondo aos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, o repensar das estruturas sociais. Logo, devemos acreditar no poder de mobilização e transformação dos movimentos sociais, sindicais e da sociedade como um todo, mas, acima de tudo, e também que na necessidade de práticas educativas de qualidade, comprometidas com a ruptura de paradigmas da educação dominante-alienante e descompromissada, viabilizem a formação crítica e conscientizadora, tanto no campo quanto na cidade.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Que Educação Básica para os povos do campo? In: **Seminário Nacional “Educação Básica nas Áreas de Reforma Agrária do MST”**, 12 a 16 de setembro de 2005. Luziânia, GO.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** – LDB. Lei no 9394/1996.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Para compreender a educação do Estado no Meio Rural**: traços de uma trajetória. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (Coords). Educação e escola no campo. Campinas: Papyrus, p.15-40, 1993.

CALDART, R. S. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. In: SEED. Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos Temáticos**: educação do campo. Curitiba: SEED/PR, 2005. p .30.

CARNEIRO, Maria José. **O ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. In: SILVA, Francisco C.; SANTOS, Raimundo; COSTA, Flávio de C.

(org). Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus. 1999.

FERRARI, Alceu. O problema do analfabetismo no Brasil: dez itens. **Revista da Associação Nacional de Educação**. São Paulo: ANDE/Cortez, n. 17, p. 6. 1991.

GEHRKE, Marcos. **Gestão Democrática da Educação Escolar do Campo**. In: PIRES, Ana Christina Duarte et al. Gestão democrática da educação do campo. Curitiba: UFPR Litoral, 2010.

IBGE, Censo demográfico 2010. IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> Acessado em: 07/07/2011.

MST. Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990 – 2001. **Caderno de educação**, Veranópolis, N. 13, RS, 2005.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. 2007. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas2.shtml>> Acessado em: 18/03/2011.

SILVA, Maria do Socorro. **Os saberes do professorado rural**: construídos na vida, na lida e na formação. Recife, 2000. Disponível em: [http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&source=hp&q=SILVA%2C+Maria+do+Socorro.+Os+saberes+do+professorado+rural:+&btnG=Pesquisa+Google&oq=SILVA%2C+Maria+do+Socorro.+Os+saberes+d+o+professorado+rural:+&aq=f&aqi=&aql=undefined&gs\\_sm=s&gs\\_upl=2379123791011101010101284128412-111&bav=on.2,or.r\\_gc.r\\_pw.&fp=6f0809e47e10d7b7&biw=1022&bih=574](http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&source=hp&q=SILVA%2C+Maria+do+Socorro.+Os+saberes+do+professorado+rural:+&btnG=Pesquisa+Google&oq=SILVA%2C+Maria+do+Socorro.+Os+saberes+d+o+professorado+rural:+&aq=f&aqi=&aql=undefined&gs_sm=s&gs_upl=2379123791011101010101284128412-111&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.&fp=6f0809e47e10d7b7&biw=1022&bih=574)> Acessado em 18/03/2011.

TRIBUNA da Região. Curso de Derivados de Soja. **Jornal Tribuna da Região**, Goioerê -PR, Matéria de 11/06/2011.

WIKIPEDIA. **Localização geográfica de Goioerê/PR**. 2011. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Goioer%C3%AA>> Acessado em 07/07/2011.